

Dominação e desigualdade
Estudos sobre a repartição da renda

FUNDAÇÃO EDITORA DÁ UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher
Jézio Hernani Bomfim Gutierrez

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Luís Antônio Francisco de Souza
Marcelo dos Santos Pereira
Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen
Paulo Celso Moura
Ricardo D'Elia Matheus
Sandra Aparecida Ferreira
Tatiana Noronha de Souza
Trajano Sardenberg
Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio
de 1996.

Diretoria

Presidente
Paulo Okamoto

Vice-presidenta
Vivian Farias

Elen Coutinho
Naiara Raiol
Alberto Cantalice
Artur Henrique
Carlos Henrique Árabe
Virgílio Guimarães
Jorge Bittar
Valter Pomar

Conselho editorial
Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer,
Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton
Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé
Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl,
Marisa Midori Deaecto, Rita Sipahi, Silvio
Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial
Rogério Chaves

Assistente editorial
Raquel Costa

PAUL SINGER

Dominação e desigualdade
Estudos sobre a repartição da renda

ORGANIZAÇÃO André Singer, Helena Singer e Suzana Singer

COLEÇÃO PAUL SINGER VOLUME 4



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

© 2024 EDITORA UNESP

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

S617d

Singer, Paul

Dominação e desigualdade: estudos sobre a repartição da renda / Paul Singer; organizado por André Singer, Helena Singer, Suzana Singer. – São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2024.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-217-5 (Editora Unesp)

978-65-5626-091-4 (Fundação Perseu Abramo)

1. Economia. 2. Produção. 3. Estrutura de classes.
4. Desigualdade. 5. Repartição de renda. I. Singer, André. II. Singer, Helena. III. Singer, Suzana. IV. Título.

2023-3601

CDD 330

CDU 33

Editora afiliada



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Sumário

Coleção Paul Singer, 9

Paul Singer, a desigualdade e o subproletariado –

Fernando Rugitsky, 11

DOMINAÇÃO E DESIGUALDADE

Prefácio, 35

I Evolução da estrutura de classes do Brasil: 1950 a 1976, 43

Introdução: por que as classes?, 43

1. Mudanças nas relações de produção, 53

1.1. Fontes e conceituação, 53

1.2. A PEA agrícola, 55

1.3. A PEA não agrícola, 74

1.4. A PEA total, 78

2. Evolução da repartição da renda, 85

2.1. Comparabilidade dos dados, 85

2.2. A repartição da renda total, 92

2.3. A repartição da renda dos empregadores, 101

2.4. A repartição da renda dos empregados, 110

2.5. A repartição da renda dos autônomos, 123

3. A evolução da estrutura social, 129

3.1. Considerações metodológicas, 129

- 3.2. A evolução geral, 136
- 3.3. A evolução da burguesia, 148
- 3.4. A evolução da pequena-burguesia, 152
- 3.5. A evolução do proletariado, 155
- 4. O caráter de classe dos não remunerados, 160
- II Quem são os pobres e os ricos no Brasil, 163
- III Desenvolvimento e repartição de renda no Brasil, 173
 - Introdução, 173
 - 1. O contexto histórico-estrutural, 178
 - 2. O impacto do desenvolvimento sobre os setores agrícolas, 180
 - 3. Industrialização, urbanização e marginalização, 194
 - 4. A explicação “econômica” da repartição da renda, 202
 - 5. Repartição da renda pessoal e da renda recebida como salário, 208
- Referências bibliográficas, 213

REPARTIÇÃO DA RENDA

- I O que queremos saber, 217
- II Quem são os ricos, a classe média e os pobres no Brasil, 221
 - Os ricos, 221
 - A “classe média”, 227
 - Os pobres, 229
- III Quantos são os ricos e os pobres no Brasil, 235
 - Renda individual e familiar, 235
 - Pobres e ricos na década de 1960, 237
 - Pobres e ricos na década de 1970, 248
 - O período do “milagre econômico” (1970-1976), 249
 - O período pós-“milagre” (1976-1980), 252
 - O período final do regime militar (1980-1985), 258
 - Para concluir, 272
- IV A desigualdade na repartição da renda, 277
 - 1960-1970: o crescimento da desigualdade, 278
 - 1970-1980: aumento e declínio da desigualdade, 280

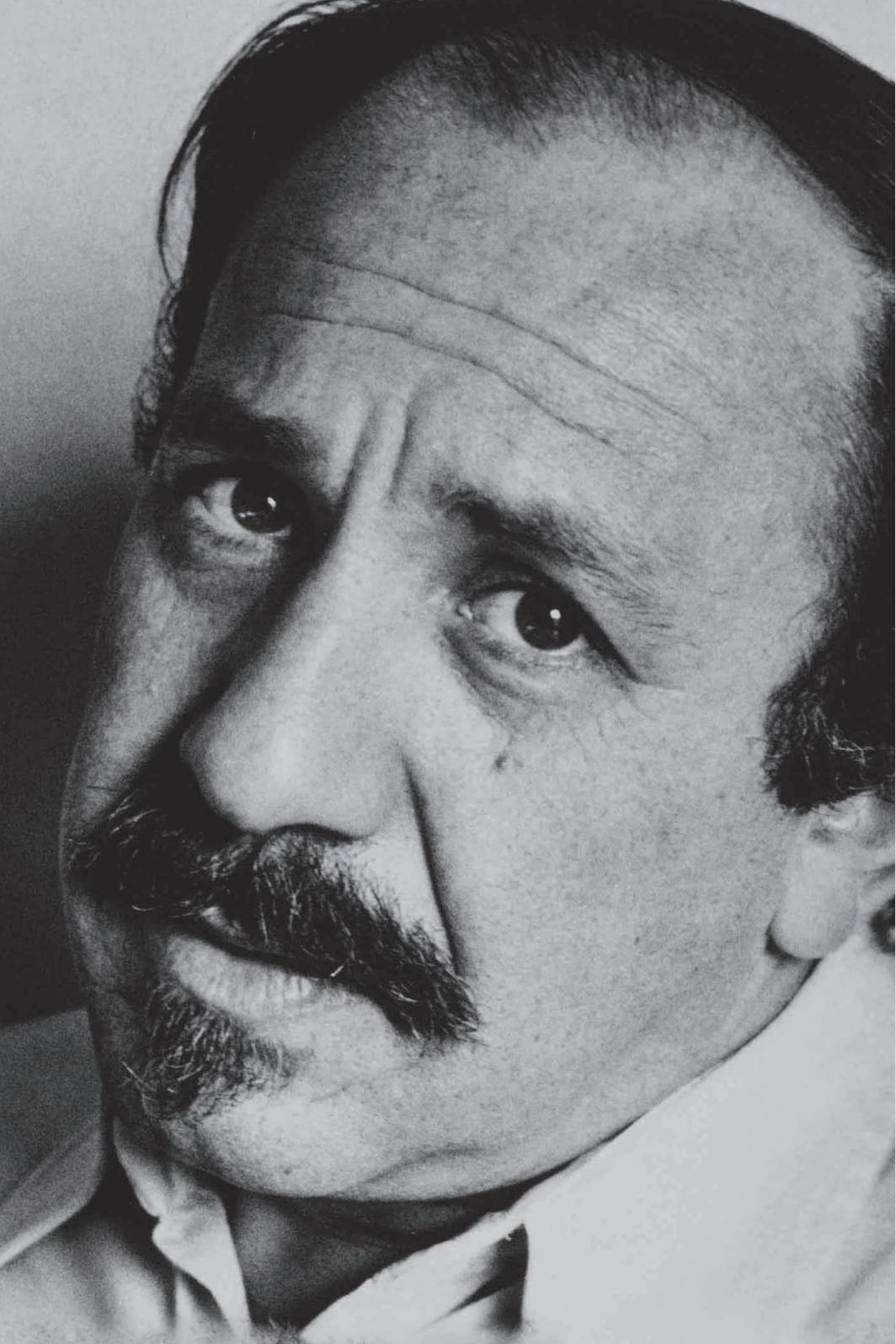
1970-1976: o “milagre econômico”, 280

1976-1980: os anos pós-“milagre”, 286

1979-1983: a crise econômica, 290

V Conclusões, 293

Referências bibliográficas, 303



Coleção Paul Singer

Paul Singer nasceu em Viena, Áustria, em 1932. Em 1940, fugiu do nazismo levado pela mãe, viúva, para São Paulo. No Brasil, completou a escolaridade fundamental, tornando-se eletrotécnico no ensino médio. Antes de ingressar na Universidade de São Paulo (USP), em 1956, para estudar economia, foi operário e tornou-se militante socialista, condição que manteria para o resto da vida, tendo intensa participação partidária até a morte, em 2018.

Diplomado pela Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, fez carreira acadêmica, a qual passou por doutorado em Sociologia, livre-docência em Demografia e titularidade na própria FEA, onde se aposentou em 2002. A segunda metade de sua existência foi marcada pela gestão pública, na qual exerceu os cargos de secretário do Planejamento do município de São Paulo (1989-1992) e secretário nacional de Economia Solidária do governo federal (2003-2016). Neles, teve oportunidade de implementar ideias e propostas que havia desenvolvido desde a juventude.

O legado dessa trajetória inclui 24 livros próprios e seis em coautoria, algumas dezenas de artigos científicos publicados em diversos

países, várias centenas de textos e entrevistas a jornais, além de relatórios e comunicações orais, hoje no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. A Coleção Paul Singer, da Fundação Editora da Unesp e da Editora Fundação Perseu Abramo, visa disponibilizar ao público uma seleção de trabalhos do autor, cuja obra se estendeu não somente a assuntos econômicos, mas relacionados à política, urbanismo, demografia, saúde e história, entre outros.

André Singer, Helena Singer e Suzana Singer

Paul Singer, a desigualdade e o subproletariado

Fernando Rugitsky

O livro *Dominação e desigualdade* tem lugar de honra entre os clássicos do pensamento crítico brasileiro. Publicado originalmente em 1981, é um dos grandes marcos da revisão crítica do desenvolvimentismo deflagrada pela ruptura histórica de 1964. Ao mesmo tempo, o livro inaugurou uma tradição de interpretação que ainda pode dar muitos frutos. Combinando uma meticulosa análise crítica das estatísticas socioeconômicas brasileiras com um esforço de renovar a interpretação marxista sobre as transformações do capitalismo no Brasil, Paul Singer produziu uma obra que merece ser amplamente lida e discutida. A presente reedição vem, assim, a calhar.

Para situar *Dominação e desigualdade*, convém recuar um pouco no tempo e reconstituir, ainda que brevemente, o que estava em jogo quando Singer foi convidado, em meados dos anos 1970, a contribuir com um capítulo para a célebre coletânea *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*, organizada por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli. O capítulo lançou o autor em um percurso intelectual que o ocuparia por mais de uma década e resultaria em dois livros, reunidos na presente edição: *Dominação e desigualdade*, já

mencionado, e *Repatrição da renda*, publicado pela primeira vez em 1985. Assim, estão reunidas aqui algumas das respostas de Singer aos desafios ao pensamento crítico nacional colocados pela década de 1970: compreender a derrota de 1964 e o “milagre econômico” que o sucedeu. Respostas que ainda podem, quase meio século depois, nos guiar no enfrentamento de novos problemas e velhos dilemas.

A controvérsia sobre a distribuição de renda

Na década de 1950, o desenvolvimento econômico consolidou-se como uma das subdisciplinas do campo da economia.¹ Os debates na época, oscilando entre conceitos abstratos e análises detalhadas de experiências concretas, foram marcados por uma difusa confiança de que a superação do subdesenvolvimento estava no horizonte. O entusiasmo que permeava o campo era baseado na “ideia implícita de que [a subdisciplina] poderia matar virtualmente sozinha o dragão do atraso”.² A América Latina foi, sem dúvida, uma das regiões que assumiu protagonismo nessas discussões. As teorias formuladas na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ocupavam lugar de destaque no debate.³ Mesmo economistas do desenvolvimento de fora da região faziam questão de visitá-la para apresentar suas ideias e discutir com seus pares latino-americanos.

Nesse período, a fronteira entre o debate acadêmico e a formulação das políticas econômicas era pouco definida e as teorias eram transformadas pelos governos em projetos de país. No Brasil, caso exemplar de um fenômeno mais geral, o principal economista do desenvolvimento, Celso Furtado, egresso da Cepal, foi convocado para

1 Ver, entre outros, Hirschman, “The Rise and Decline of Development Economics”, em *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*, p.1-24; Arndt, *Economic Development: The History of an Idea*, esp. cap.3, p.49-87; e Krugman, “Toward a Counter-Counterrevolution in Development Theory”, em *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics 1992*, p.15-38.

2 Hirschman, “The Rise and Decline of Development Economics”, op. cit., p.23.

3 Ver Rodriguez, *O estruturalismo latino-americano*; e Fajardo, *The World that Latin America Created*.

contribuir com o plano de desenvolvimento do governo Juscelino Kubitschek e, alguns anos depois, foi alçado à posição de ministro do Planejamento no governo João Goulart. A transformação econômica acelerada, estimulada pelo governo, era acompanhada por urbanização vertiginosa da sociedade, ebulição cultural e organização crescente das classes trabalhadoras, no campo e nas cidades.

Contudo, em abril de 1964, o golpe civil-militar representou uma inflexão, desconectando o avanço da acumulação capitalista no Brasil dos sonhos modernos dos desenvolvimentistas. Não se podia mais identificar o crescimento econômico acelerado com a superação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, Maria da Conceição Tavares e José Serra afirmaram em 1970 que, “enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica”.⁴ O próprio Furtado formularia um argumento similar: “taxas mais elevadas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, uma vez que ensejam desigualdades sociais crescentes”.⁵

O golpe no Brasil foi parte de uma série de golpes militares que instauraram ditaduras violentas na América Latina, desde o início dos anos 1960 até meados dos anos 1970, em geral com apoio dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Hirschman argumenta que tais “desastres políticos” marcaram o início do declínio do pensamento sobre desenvolvimento econômico que passaria, a partir de então, por um intenso processo de autorreflexão.⁶ “Ganhou-se em maturidade o que se perdeu em entusiasmo.”⁷

4 Tavares; Serra, “Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil”, em Bielschowsky (org.), *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*, p.593.

5 Furtado, “Underdevelopment and Dependence: The Fundamental Connections”, *Review of Political Economy*, v.33, n.1, p.15, 2021.

6 Hirschman, “The Rise and Decline of Development Economics”, op. cit., p.20. Examinando especificamente o caso brasileiro, Marcos Nobre refere-se a um “momento reflexivo” do paradigma da ‘formação’ e sublinha o papel do seminário sobre *O Capital* e da obra de Chico de Oliveira, ambos mencionados adiante. Ver Nobre, “Da ‘formação’ às ‘redes’: filosofia e cultura depois da modernização”, *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, n.19, p.13-36, 2012.

7 Hirschman, “The Rise and Decline of Development Economics”, op. cit., p.23.

Um dos principais debates que mobilizou os economistas brasileiros durante esse período tratou da questão da desigualdade. Com a publicação dos dados do Censo de 1970, Rodolfo Hoffmann e João Carlos Duarte mostraram que, entre 1960 e 1970, a desigualdade havia aumentado no Brasil.⁸ A pujança então em curso, do tal “milagre econômico”, estava sendo distribuída de forma muito desigual. O argumento poderia ter passado despercebido se não fosse pela publicação pelo economista norte-americano Albert Fishlow, no mesmo ano, de estimativa similar que chamou a atenção de Robert McNamara, então presidente do Banco Mundial. Em um discurso na United Nations Conference on Trade and Development (Unctad), em 1972, McNamara destacou o caso brasileiro como motivo de preocupação e mencionou os dados de Fishlow: “[e]m termos de PNB [produto nacional bruto], o país foi bem. Os muito ricos foram muito bem. Mas, ao longo da década, os 40% mais pobres beneficiaram-se apenas marginalmente”.⁹

O governo brasileiro, em especial os economistas palacianos (Antônio Delfim Netto, Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen), reagiram prontamente, denunciando o que se apressaram em qualificar como fragilidade dos dados e espúrias motivações por trás das estimativas.¹⁰ Seu incômodo era evidente, e as razões por trás dele, também. O caso brasileiro ocupava as páginas das revistas econômicas internacionais, em um debate que realçava a natureza política das decisões econômicas. Segundo Fishlow, o aumento da desigualdade “indicava precisamente as prioridades [do governo Castelo Branco]: a destruição do proletariado urbano enquanto ameaça política e o restabelecimento de uma ordem econômica orientada para a acumulação privada de capital”.¹¹

Como resposta, o então ministro da Fazenda, Delfim Netto, encomendou oficialmente um estudo sobre o assunto a ser realizado por

8 Hoffmann; Duarte, “A distribuição da renda no Brasil”, *Revista de Administração de Empresas*, v.12, n.2, p.46-66, 1972.

9 Andrada; Boianovsky, “The Political Economy of the Income Distribution Controversy in 1970s Brazil: Debating Models and Data Under Military Rule”, *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v.38B, p.81, 2020.

10 Ibidem.

11 Fishlow, “Brazilian Size Distribution of Income”, *American Economic Review*, v.62, n.½, p.400, 1972.

Cláudio Langoni, egresso da Universidade de Chicago. Assessorado por funcionários do governo federal, Langoni publicou em 1973 o livro *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Por trás de um aparato estatístico elaborado e uma profusão de tabelas, o livro buscou interpretar o aumento da desigualdade recorrendo à teoria neoclássica do capital humano. A mensagem principal servia aos interesses do governo:

Numa economia como a brasileira, com altas taxas de crescimento, principalmente no setor industrial, é razoável antecipar-se a existência de desequilíbrios no mercado de trabalho, pois a expansão da demanda tende a beneficiar justamente as categorias mais qualificadas cuja oferta é relativamente mais inelástica a médio prazo. Assim é natural encontrar-se várias categorias profissionais percebendo salários acima do valor de sua produtividade marginal. Nesse sentido pode-se dizer que o grau de desigualdade da distribuição atual é maior do que o grau esperado a longo prazo, quando será possível eliminar-se esses ganhos extras através da expansão apropriada da oferta.¹²

O aumento da desigualdade seria assim “razoável” e “natural”, um efeito incontornável do crescimento acelerado, em vez de um resultado das políticas adotadas. Seria, ainda, transitório, uma vez que o próprio mercado cuidaria de corrigi-lo no “longo prazo”.¹³ Langoni deu um passo a mais e colocou em questão a própria relação de causalidade entre distribuição de renda e bem-estar, sugerindo que talvez o objetivo principal deveria ser a eliminação da pobreza, sem que fosse necessário tratar de reduzir a desigualdade.¹⁴

A resposta não tardou. O trabalho de Langoni foi objeto de análise minuciosa acompanhada de crítica contundente por parte de

12 Langoni, *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, p.116.

13 Langoni recorria ao argumento de Simon Kuznets, segundo o qual o desenvolvimento levaria inicialmente a um aumento da desigualdade e, depois, à sua redução. Para uma crítica recente à formulação de Kuznets, ver Piketty, *Capital in the Twenty-First Century* [O capital no século XXI], cap.1.

14 Langoni, *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, op. cit., p.206 e 213.

inúmeros economistas brasileiros. Uma das primeiras reações apareceu em uma resenha do livro escrita por Pedro Malan e John Wells, ainda em 1973. No mesmo ano, o primeiro encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Economia (Anpec) incluiu uma sessão sobre distribuição de renda, em que foram apresentados outros textos críticos ao trabalho de Langoni. O esforço de responder à defesa “oficial” do regime uniria Edmar Bacha, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, além de Fishlow, Hoffmann, Duarte, Malan, Wells e Singer.

O debate foi travado em diversas frentes. Alguns, como Wells, buscaram utilizar dados anuais para argumentar que o aumento da desigualdade teria ocorrido sobretudo nos anos de ajuste contracionista, isto é, entre 1964 e 1966, e não no período de crescimento, de modo que o mecanismo sugerido por Langoni não seria plausível. Outros priorizaram criticar a própria base teórica adotada por Langoni, a teoria do capital humano. Houve ainda tentativas de reforçar as evidências que conectavam o aumento da desigualdade às políticas de repressão salarial e à redução do salário-mínimo.

O debate promoveu um florescimento de arcações conceituais e esforços empíricos que resultaram em uma leitura complexa e abrangente das transformações em curso no capitalismo brasileiro e suas repercussões sobre a distribuição de renda. Foi sem dúvida um dos pontos altos da história do debate econômico nacional. O livro organizado por Tolipán e Tinelli, que reuniria em 1975 os economistas citados acima, incluindo Singer, ainda é um marco.

Entra Paul Singer

A crítica direta de Singer a Langoni conta com dois elementos principais: (i) o argumento de que a teoria marginalista da repartição de renda, adotada por Langoni, é baseada em um pressuposto falso, segundo o qual é possível identificar produtividades marginais individuais; e (ii) o questionamento do significado da correlação entre nível de renda e grau de escolaridade (evidência principal utilizada por

Langoni para sustentar sua interpretação).¹⁵ Em relação ao primeiro ponto, Singer argumentou que a renda apropriada pelos distintos grupos sociais não é um mero resultado das características técnicas do processo produtivo, mas é influenciada por determinantes políticos e sociais. Em contraste, a teoria marginalista (que permanece dominante no pensamento econômico nos dias atuais) assume que as remunerações são determinadas pelas produtividades marginais dos diferentes fatores de produção, o que

[se] baseia, por sua vez, na suposição da infinita divisibilidade dos fatores de produção, ou seja, que é possível determinar a produtividade na margem de cada indivíduo que trabalha na empresa. Ora, essa suposição é *falsa*. A divisão do trabalho em qualquer empresa moderna acarreta uma estreita interdependência de todos os integrantes de amplas equipes de produção. Não tem sentido, portanto, considerar a produtividade de um engenheiro ou de um operário isoladamente. A produtividade do engenheiro é nula se ele não puder contar com a colaboração de outros especialistas e de numerosos operários.¹⁶

Trata-se, é verdade, de um debate recorrente, opondo defensores e críticos dos níveis observados de desigualdade em diferentes sociedades e em diferentes períodos. Mais recentemente, o economista francês Thomas Piketty utilizou-se de um argumento análogo ao de Singer para rejeitar a visão segundo a qual a explosão observada nas últimas décadas dos salários dos executivos das grandes corporações deveu-se ao extraordinário crescimento de sua produtividade.¹⁷

Voltando ao caso brasileiro, Singer complementa a crítica à teoria marginalista da repartição com uma interpretação alternativa à principal evidência utilizada por Langoni. Segundo ele, “a correlação entre escolaridade e renda não indica uma simples relação de causa e

15 Esta edição, p.202-8.

16 *Ibidem*, p.204, grifo do original.

17 Segundo Piketty, “a noção de ‘produtividade marginal individual’ [é] difícil de definir. Na realidade, ela torna-se quase um artefato puramente ideológico com base no qual uma justificação para *status* elevado pode ser elaborada”. Piketty, *Capital in the Twenty-First Century*, op. cit., p.331.

efeito”, mas, “[n]a verdade, a pirâmide educacional reflete, com poucas distorções, a pirâmide de estratificação social e econômica”.¹⁸ Ao contrário do que argumentava Langoni, a crescente disparidade de salários entre trabalhadores com diferentes graus de escolaridade não era um resultado inevitável de desequilíbrios temporários entre a oferta e a demanda por trabalhadores com diferentes níveis de qualificação. Na realidade, tratava-se de uma disparidade instituída politicamente, uma vez que as remunerações observadas não seguiam critérios “econômicos”, mas resultavam das políticas governamentais (em especial, a determinação do salário mínimo e as regras de reajustamento salarial) e suas repercussões na estrutura social brasileira.

Restava, então, investigar essa estrutura e sua transformação desde os anos 1960. Como revela Singer no prefácio de *Dominação e desigualdade*, aqui estaria sua principal contribuição à controvérsia sobre a desigualdade:

Como já não tinha sentido meramente reafirmar as denúncias da política do regime, propus-me então desenvolver uma interpretação histórica da repartição da renda no Brasil, procurando mostrar como as transformações estruturais, ocasionadas pelo processo de desenvolvimento, produziam mudanças na repartição da renda. Essa postura metodológica obrigava-me, obviamente, a encarar a questão das classes sociais.¹⁹

A controvérsia sobre a desigualdade convergia, dessa maneira, com um outro desenvolvimento intelectual em curso no Brasil, também crucial para a revisão crítica do desenvolvimentismo: a reinterpretação do nosso percurso histórico com base em uma leitura crítica do marxismo. O aparato crítico herdado de Marx oferecia instrumentos para examinar as ilusões do desenvolvimentismo e interpretar a derrota havida em 1964. Ao eleger a estrutura de classes como foco da sua investigação, Singer mobilizou a retomada em curso do pensamento marxista para intervir no debate em torno do livro de Langoni.

18 Esta edição, p.203.

19 Ibidem, p.35.

Junto com José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso e Fernando Novais, Singer havia feito parte do núcleo original de intelectuais que decidiram se debruçar de modo crítico e interdisciplinar sobre *O capital*, nos célebres seminários realizados na Universidade de São Paulo (USP), que duraram do final dos anos 1950 até meados dos anos 1960.²⁰ Tendo tomado contato com a obra de Marx ainda na juventude, quando era operário e dirigente sindical, Singer retomou a leitura do pensador alemão já na sua trajetória acadêmica, combinando múltiplas experiências que lhe permitiram assumir um papel não apenas central como único nos debates intelectuais que se seguiram ao golpe de 1964.

A minifundiarização e o subproletariado

Na ocasião, um dos alvos da retomada do marxismo na periferia era examinar a natureza do processo de proletarianização e das transformações das relações sociais de produção no Sul global. Buscava-se aprofundar o diagnóstico da transição que o desenvolvimentismo descrevia como uma mera realocação da força de trabalho, do setor de subsistência para o setor capitalista, trazendo à tona suas implicações para a acumulação de capital e para o conflito de classes. Em outras palavras, críticos marxistas repensavam o dualismo difundido principalmente pelos trabalhos do economista caribenho Arthur Lewis.²¹

No caso brasileiro, a formulação de Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista*, sem dúvida trouxe para o primeiro plano a discussão sobre a especificidade do capitalismo periférico e a natureza da acumulação primitiva no Brasil, oferecendo uma série de hipóteses

20 Ver, sobre esse seminário, Schwarz, “Um seminário de Marx”, em *Sequências brasileiras: ensaios*, p.86-105; e o relato do próprio Singer em Montero; Moura (orgs.), *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*, p.78-80.

21 Sobre a formulação de Lewis, sua recepção por Furtado e seus críticos marxistas, ver Rugitsky, “Luta de classes inibida? Furtado e a especificidade da estrutura social brasileira”, em Saes; Barbosa (orgs.), *Celso Furtado e os 60 anos de Formação econômica do Brasil*, p.327-55. Entre os críticos marxistas de Lewis, destacaram-se o argentino José Nun e o italiano Giovanni Arrighi, além de Chico de Oliveira, mencionado a seguir.

instigantes.²² Mas foi Singer, em *Dominação e desigualdade*, quem propôs a análise mais sistemática e de fôlego do processo de proletarização brasileiro. O livro contém uma investigação inédita da estrutura de classes brasileira e de sua transformação em meados do século XX, com base em um exame rigoroso de uma série de fontes estatísticas, em especial os censos, os censos agropecuários e as pesquisas nacionais por amostras de domicílio (Pnad). Singer nos traz um diagnóstico sofisticado da especificidade da experiência histórica brasileira, e situa com enorme precisão os contornos estruturais dos conflitos de classe.

No debate clássico sobre a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, a chave para a compreensão do processo de proletarização foi encontrada na transformação da agricultura.²³ Para desvendar o caso brasileiro, Singer opta pela mesma estratégia.²⁴ Afinal, mais da metade da população econômica ativa (PEA) brasileira estava ocupada nas atividades agrícolas até ao menos 1970.²⁵ Desde os anos 1930, com a crise da produção agrícola voltada à exportação (especialmente a cafeicultura) e a aceleração da urbanização e da industrialização, a demanda por alimentos e outros produtos agrícolas nos centros urbanos brasileiros aumenta substancialmente. Esse aumento, por sua vez, resulta em uma expansão da agricultura comercial voltada ao mercado interno. No entanto, essa parte da produção agrícola ainda se sustenta, em larga medida, em trabalho familiar, e não em trabalho assalariado.

A situação mudaria apenas na segunda metade da década de 1950, quando, segundo Singer, “a expansão do capitalismo, acelerada

22 Singer acompanhou o trabalho de Chico de perto, uma vez que ambos atuavam na época no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Em uma entrevista concedida décadas depois, Singer menciona que a *Crítica à razão dualista* foi uma resposta ao debate, realizado no Cebrap, sobre o artigo seminal de Tavares; Serra, “Além da estagnação”, citado antes. Ver Montero; Moura (orgs.), *Retrato de Grupo*, op. cit., p.84-5.

23 Ellen Meiksins Wood refere-se às “origens agrárias do capitalismo”, em *The Origin of Capitalism: A Longer View* [A origem do capitalismo].

24 Ver, em especial, esta edição, p.55-74 e 180-94.

25 Em 1960, as atividades agrícolas abrigavam 54% da PEA e, em 1970, 51%. A urbanização do emprego acelera-se a partir daí, com esse percentual caindo para 36% em 1976. Nesta edição, Tabela 30, p.136.